

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



MENSAGEM Nº 11 / 2015.

PROTOCOLO

Divisão das Comissões

AOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO

Proj. de Lei nº

Proj. de Lei Comp. nº 777/2015

Resolução

Decreto Legislativo

Emenda

Data 26/03/15 Horário 8:50hs.

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores,

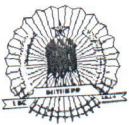
Honrado pela oportunidade de dirigir-me a Vossas Excelências, apresento os meus sinceros cumprimentos, ao mesmo tempo em que submeto à apreciação e votação, o incluso Projeto de Lei que "Fixa critérios para a concessão de autorização provisória para o funcionamento dos Comércios Associados a Diversões: Boate; Café (casas de); Choperia; drinks (casas de); Pizzaria; Restaurantes; Samba (casas de) que até 31 de março de 2015, se encontravam em funcionamento na ZR1, ZR2, ZR3 E ZM, e dá outras providências".

O presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo dar uma solução intermediária para o funcionamento de comércios associados a diversões, tais como boate, café, choperias, pizzarias, restaurantes, casas de samba, que já se encontram instaladas no Município, porém estão em desconformidade com a Lei nº 097/99, Lei de Uso e Ocupação do Solo, para que tenha amparo legal de imediato até que seja feita uma revisão da LC nº 097/99.

Desta forma Nobres Vereadores, em virtude das razões apresentadas, atento à importância da matéria em tratativa, razão pela qual submeto à apreciação e votação de Vossas Excelências, em caráter de urgência, com fundamento no art. 66 da Lei Orgânica do Município, pelo que rogo por sua aprovação.

Porto Velho – RO, 26 de Março de 2015.

MAURO NAZIF RASUL  
Prefeito



# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06 DE 26 DE MARÇO DE 2015.

## PROTOCOLO Divisão das Comissões

Proj. de Lei nº \_\_\_\_\_  
Proj. de Lei Comp. nº 777/2015  
Resolução \_\_\_\_\_  
Decreto Legislativo \_\_\_\_\_  
Emenda \_\_\_\_\_  
Data 26/03/15 Horário 8:50hs.

"Fixa critérios a concessão de autorização provisória para o funcionamento dos Comércios Associados a Diversões: Boate; Café (casas de); Choperia; drinks (casas de); Pizzaria; Restaurante; Samba (casas de) que até 31 de março de 2015, se encontravam em funcionamento na ZR1, ZR2, ZR3 e ZM e dá outras providências."

O PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO, usando da atribuição que lhe é conferida no inciso VI, do artigo 87, da Lei Orgânica do Município de Porto Velho.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO aprova e eu sanciono a seguinte

### LEI COMPLEMENTAR:

**Art. 1º.** Esta Lei fixa critérios para a concessão de autorização provisória para o funcionamento dos estabelecimentos classificados na categoria de uso C2.2 - Anexo 8 da Lei Complementar nº 097/99 que, em 31 de Março de 2015, se encontravam em funcionamento na ZR1, ZR2, ZR3 e ZM em desacordo com a Lei Complementar nº 097/99.

**§ 1º.** A autorização concedida com base nos critérios fixados nesta Lei terá caráter transitório, vigorando até o advento de novo regime jurídico para o funcionamento de estabelecimentos comerciais no Município de Porto Velho e não consubstanciará direito à obtenção de licenciamento por parte dos seus destinatários.

**§ 2º.** Os critérios para funcionamento de bares, restaurantes e similares fixados nesta Lei não servirão para a concessão de autorização para o funcionamento de estabelecimentos que, após a data fixada no caput, se instalaram na ZR1, ZR2, ZR3 e ZM em desacordo com a Lei Complementar nº 097/99.

**Art. 2º.** Fica permitido o funcionamento dos bares, restaurantes e similares abrangidos pelo art. 1º desta Lei, sob a classificação C 2.2, estabelecida pela Lei Complementar nº 097/99, desde que cumpridas as seguintes exigências:

- I - a emissão de alvará de funcionamento provisório junto a SEMFAZ, com prazo máximo de 30 (trinta) dias para dar entrada no processo;
- II - disposição de atestado de regularidade emitido pelo Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia e pelo órgão competente da fiscalização sanitária;





## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO



**Art. 3º.** O não atendimento às exigências previstas nesta Lei implicará na imposição das seguintes penalidades:

I - advertência, a partir da primeira constatação;

II - multa, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a gravidade da infração, a partir da primeira reincidência;

III - suspensão das atividades por 1 mês até a interdição permanente, conforme a gravidade da infração, a partir da segunda reincidência.

**Parágrafo único.** Para imposição das penalidades de que trata este artigo deverão ser observados o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

**Art. 4º.** A autorização provisória concedida por intermédio desta Lei não desonera ou desobriga os estabelecimentos destinatários da observância às determinações das demais legislações, obrigações e exigências em vigor no município para o funcionamento dos respectivos estabelecimentos.

**Art. 5º.** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação

**Art. 6º.** Revogam-se as disposições em contrário.